

AS FUNÇÕES DE COMBATE: UMA TRANSFORMAÇÃO NO PLANEJAMENTO DAS OPERAÇÕES MILITARES

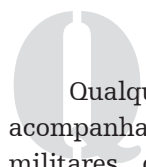
Coronel Douglas Bassoli

O Coronel de Cavalaria Douglas Bassoli é o atual Chefe da Divisão de Planejamento do Centro de Doutrina do Exército, no Estado-Maior do Exército. É bacharel pela Academia Militar das Agulhas Negras; mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro e em Estudos Estratégicos pelo U.S. Army War College, em Carlisle, Pensilvânia; e doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro. É piloto de combate da Aviação do Exército. No biênio 2010-12, foi oficial de ligação do Exército Brasileiro junto ao Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA, no Forte Leavenworth, Kansas.



Naturalmente, tais inovações doutrinárias estão sendo estudadas com interesse pelo Centro de Doutrina do Exército (C Doutr Ex) e pelos estabelecimentos de ensino da Força, com vistas a aproveitar os conceitos que possam ser adaptados e incorporados à Doutrina Militar Terrestre (DMT) brasileira. Um conceito, em particular, chamou a atenção pelos efeitos benéficos que trouxe aos exércitos que o adotaram: o de Funções Operacionais (ou de Combate). Sua adequabilidade à realidade do Exército Brasileiro (EB) levou à decisão por sua adoção e gradual incorporação nos novos manuais a serem produzidos.

Acontece, porém, que muitos ainda têm uma ideia errada sobre o que representa esse conceito. Para alguns, não passa de uma mudança de nomenclatura, sem qualquer alteração substancial. Outros entendem que ele surge para eliminar os sistemas operacionais do campo de batalha, com os quais gerações de oficiais habituaram-se a trabalhar. Para muitos, isso seria uma impropriedade, uma vez que os sistemas operacionais (ou operativos, se o leitor preferir) são entendidos como **a forma** de organizar os meios da Força Terrestre (F Ter) para o cumprimento de suas missões.



Qualquer pessoa que se interesse em acompanhar a recente evolução das doutrinas militares dos países ocidentais perceberá a profusão de novos conceitos que estão em uso – ou em discussão – nos exércitos desses países. Operações no Amplo Espectro, Ação Unificada, Ação Decisiva, Operações de Informação e Desenho Operacional são apenas alguns exemplos¹.

Foto: Arquivos CCOMSEEx



No entanto, como veremos, o significado de “Funções de Combate” vai além da aparente força retórica, estando adequado às necessidades de transformação do nosso Exército, neste momento em que a F Ter busca estar permanentemente adaptada às mudanças que surgem no ambiente operacional (atual e futuro).

Assim, pretendemos apresentar ao leitor uma visão de como as “Funções de Combate” podem contribuir para que os comandantes em todos os níveis (e seus estados-maiores) melhorem suas capacidades de alcançar soluções mais efetivas para os problemas militares que se lhes apresentam, nesse ambiente operacional em rápida e constante evolução.

APENAS UMA QUESTÃO SEMÂNTICA?

Nas discussões em torno do tema das quais participei (ou que testemunhei) percebi que, invariavelmente, as considerações de ordem semântica sobre os termos “função” e “sistema” assumiam papel preponderante.

Mas, será mesmo uma questão puramente semântica?

Dos dicionários, retiramos as definições de “função” e “sistema”, buscando aquelas que melhor podem ser aplicadas em conjunto com o vernáculo “combate”. Função é a “atividade própria de um órgão, máquina, etc.; uso, utilidade, serventia”². Não há margem para dúvidas nesta definição.

Por outro lado, “sistema” admite várias definições, todas com relativa proximidade, uma das outras. Podemos resumi-las da seguinte maneira: **“conjunto de elementos relacionados entre si de modo a formar um todo organizado, para o cumprimento de determinada tarefa ou ação”**³. Ainda assim, é uma definição tão abrangente, que pode ser empregada em uma grande variedade de contextos, com aplicações distintas.

O que se vê, com frequência, é a adjetivação do termo na tentativa de qualificar e limitar seu significado. Assim, vemos exemplos nos mais diversos campos, como em: sistema solar; sistema econômico; sistema circulatório, sistema de comunicações, sistema computacional; sistema de ensino; sistema de saúde; sistema federal; sistema de combate; sistema de segurança pública; e, até, sistema de sistemas.

Graças à abrangência do termo, podemos

dizer que há inúmeros sistemas no EB. De fato, pode-se dizer, ao mesmo tempo, que um pelotão mecanizado é um sistema e que uma brigada blindada também o é. O conjunto integrado pelo pessoal e pelos meios que executam atividades logísticas, é, sem dúvida, um sistema. Não é fato que possuímos um sistema de ensino no EB? E o que dizer da própria F Ter... Não é ela, também, um grande sistema à disposição do estado brasileiro?

É claro que na F Ter o emprego do termo também não se limita à definição genérica. Mas também é evidente que existe certa confusão quando empregamos a expressão “sistema operacional”. Na verdade, há um desgaste no uso da palavra “sistema”, empregada indiscriminadamente em duas situações bem distintas. Por vezes, ela é utilizada para descrever



Uma tropa do Exército embarca em um HM-2 do 4o BAvEx. O sistema Aviação do Exército é transversal a todas as Funções de Combate.

sistemas físicos ou virtuais – que possuem um órgão central, instalações, subsistemas e elementos que o integram e um conjunto de regras que regem seu funcionamento. Em outras situações, a palavra “sistema” é empregada para descrevermos atividades que devem funcionar de modo sistêmico, sem, de fato, possuírem a organização mencionada acima.

Com frequência, vemos o emprego de expressões como “sistema de informações” ou “sistema de guerra eletrônica” gerando dúvidas entre os integrantes da Força. Alguns são levados a crer, erroneamente, que estes poderiam ser novos “sistemas operacionais do campo de batalha”, por exemplo. O leitor provavelmente já se deparou

com situações nas quais ficou claro o conflito gerado pelo emprego equivocado do termo, o que, em geral, leva a intermináveis e inconclusivos debates.

Nas discussões sobre o tema, a que me referi, quase sempre tenta-se definir o que enquadra o que: os sistemas reúnem meios que nos permitem cumprir as funções, ou são as funções a serem cumpridas que determinam quais sistemas devemos ter? Na verdade, as duas afirmativas estão corretas. São apenas diferentes perspectivas, que acabam não sendo excludentes, mas complementares.

Sendo assim, a discussão pode – e deve – ser transferida para qual das duas formas de pensar a organização e o emprego de meios será mais eficiente para que a F Ter cumpra suas missões no atual ambiente operacional. Sistemas Operacionais do Campo de Batalha ou Funções de Combate?

Consideremos, inicialmente, a abordagem segundo os sistemas operacionais, com os quais estamos habituados no EB.

OS SISTEMAS OPERACIONAIS E AS NOVAS CAPACIDADES

O estudo de situação é o processo de planejamento militar em uso na F Ter. Sempre que o realizam, os comandantes e seus estados-maiores buscam primeiramente enquadrar o problema militar que se lhes apresenta, com a máxima precisão possível (**diagnóstico**). A seguir, analisam as soluções possíveis para o problema e definem os objetivos (**os fins**), detalhando como fazer para solucioná-lo (**o método**). Nesse processo, os comandantes decidem pelos sistemas que aplicarão na solução do problema, selecionando-os entre aqueles que têm à disposição (**os meios**). Parece-nos uma sequência natural...

Desde sua adoção pelo EB, os sistemas operacionais do campo de batalha passaram a constituir uma forma de organizar o raciocínio para

o planejamento e para a condução das operações, tanto na fase de seleção de meios, quanto na coordenação das operações propriamente ditas⁴. A Matriz de Sincronização empregada pelos estados-maiores deixa bem evidente essa finalidade da divisão dos meios em “sistemas operacionais”. Nela, os estados-maiores relacionam o que cada sistema operacional executa a cada “momento” da operação, de forma que possam visualizar “o todo” da operação, “coordenando o emprego dos seus meios no tempo, no espaço e na finalidade”⁵.

Na prática, no entanto, verifica-se que os atuais sistemas operacionais deixaram de ser suficientes para enquadrarmos todos os meios que hoje estão disponíveis aos comandantes terrestres. O advento de novas e complexas capacidades, meios e formas de atuação “ultrapassaram” os limites dos tradicionais sistemas operacionais. Esse é o caso, por exemplo, da “Guerra Eletrônica”, da “Defesa Cibernética” e das Operações de Informação... A que sistemas operacionais pertencem? Seriam novos sistemas? Se não, como enquadrá-las no processo de planejamento e condução do combate?

A necessidade de reunir todos os dados disponíveis e necessários à tomada de decisão, enquanto negamos essa possibilidade ao oponente – a superioridade de informações – nos remete às mesmas questões... A qual sistema operacional cabem as tarefas associadas a esse imperativo? À Inteligência ou ao Comando e Controle? E os dados acerca das condições do apoio logístico oriundo do escalão superior – fundamentais no processo decisório –, a quem caberia reuni-los? Que sistema operacional fornecerá aos comandantes os dados sobre aspectos comportamentais da população na área de operações? E sobre a liderança civil local, na sua área de responsabilidade?

Adicionemos às nossas considerações as condicionantes impostas pelo ambiente operacional moderno e a necessidade de que a

“Na prática, verifica-se que os atuais sistemas operacionais deixaram de ser suficientes para enquadrarmos todos os meios que hoje estão disponíveis aos comandantes terrestres”.

F Ter seja capaz de atuar no amplo espectro dos conflitos⁶. Na quase totalidade das situações de emprego de meios terrestres, a utilização desproporcional da força não será tolerada pela sociedade. Considerando que frequentemente o adversário estará difuso, misturado à população, é fundamental que os comandantes das tropas terrestres considerem todas as alternativas ao emprego da força letal. Além disso, as sociedades estão mais atentas aos custos da campanha (financeiros e, sobretudo, em vidas humanas) e, por isso, menos tolerantes às ações letais e de destruição de infraestruturas.

Tais condicionantes tornam imperativa a necessidade de **emprego do poder de combate de forma gradual**, considerando inicialmente as capacidades não letais, que possam dissuadir o oponente ou retirar sua legitimidade, antes mesmo que as capacidades letais tenham sido empregadas.

Os meios não-cinéticos (que podem ser definidos como aqueles que não empregam força física e/ou não produzem “danos físicos”), não-letais, induziram a outras formas de apoiar a manobra, que não exclusivamente por meio de fogos cinéticos indiretos, de responsabilidade da Artilharia. Aí estariam enquadradas, por exemplo,

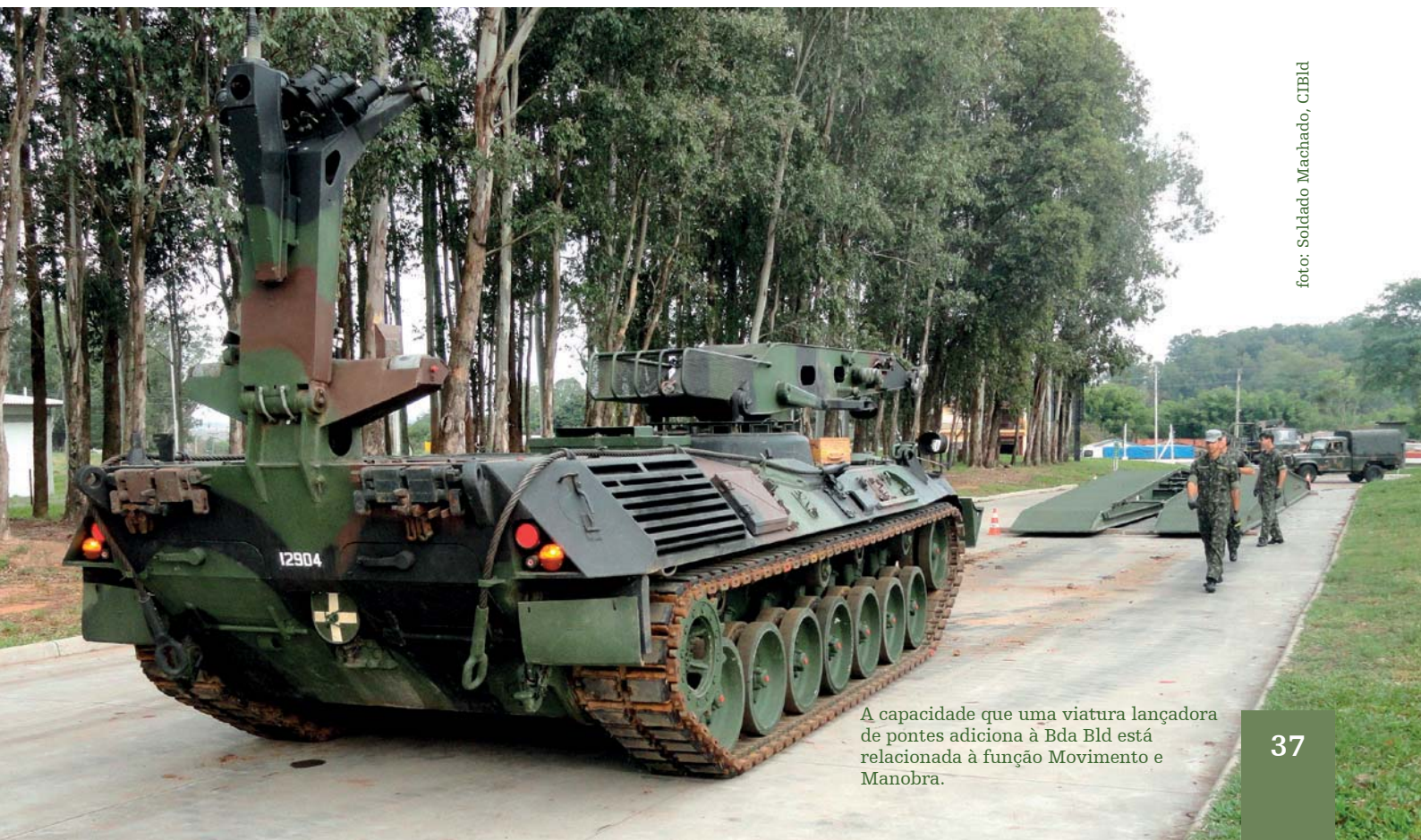
as operações de informação e a interferência eletrônica, entre outras.

Além disso, ao longo dos anos, desenvolveu-se a tendência, no EB, de associar os sistemas operacionais do campo de batalha às Armas, Quadros e Serviços, como se deles fosse a exclusividade de operar tais sistemas. Isso acabou por interferir negativamente no conceito de armas combinadas – fundamental para o emprego eficaz da F Ter.

Poderíamos citar vários exemplos, mas atenhamo-nos a dois, apenas. Muitos entendem que o sistema operacional Mobilidade, Contramobilidade e Proteção (MCP) é de responsabilidade da Engenharia – um equívoco, sem dúvida. O Comando e Controle, por sua vez, é frequentemente confundido com a própria Arma de Comunicações.

Na verdade, o método que considera os sistemas operacionais como base têm levado muitos comandantes a atribuir ênfase excessiva às capacidades relacionadas a esses sistemas. E isso normalmente ocorre em detrimento da análise de outras capacidades, que poderiam trazer maiores benefícios ao conjunto das operações.

Acontece que, quando estamos analisando



A capacidade que uma viatura lançadora de pontes adiciona à Bda Bld está relacionada à função Movimento e Manobra.

um problema militar na busca da solução mais eficaz, têm menor relevância as considerações sobre a que sistema pertencem determinados meios. O que importa aos comandantes terrestres, na verdade, é ter a segurança de que consideraram todos os aspectos – e capacidades – envolvidos na solução do problema militar em questão (a finalidade). Ou seja, na busca por soluções deve-se considerar, antes de tudo, as tarefas a serem cumpridas (o método), com a correspondente aplicação de capacidades (os meios). E o mais importante: essa aplicação de meios deve ser gradual, correspondendo ao estágio em que se encontra o conflito.

Antes de passar às considerações sobre as Funções de Combate, porém, vejamos algumas soluções adotadas para essas questões por exércitos estrangeiros⁷.

AS FUNÇÕES DE COMBATE, NO EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS

Os sistemas operacionais do campo de batalha adotados no EB e descritos no nosso manual C 100-5 – “Operações” foram inspirados nos *Battlefield Operating Systems (BOS, ou Sistemas Operativos do Campo de Batalha)*, do Manual de Campanha *FM 100-5 – Operações*, de 1993, do Exército dos Estados Unidos (EUA)⁸. Essa mesma publicação do *US Army* relacionou as funções de combate antes de definir os *BOS*, explicando que, com elas, os comandantes terrestres organizam e mantêm o poder de combate. Segundo o *FM 100-5* de 1993, as funções de combate eram Inteligência; Manobra; Apoio de Fogo; Defesa Antiaérea; Mobilidade e Proteção; Logística; e Comando em Campanha⁹. De acordo com o texto original, essas funções deveriam ser integradas e coordenadas pelos comandantes, com vistas a sincronizar os efeitos do combate no tempo, no espaço e pela finalidade.

Ainda segundo o *FM 100-5*, os comandantes deveriam examinar operações complexas e de vulto em termos de sistemas operativos relacionados a essas funções – daí os sete sistemas operativos do campo de batalha, que receberam as mesmas designações das funções, exceto os sistemas denominados Comando e Controle e Apoio de Serviço em Campanha (ao invés de Logística).

Parece-nos que, para o *US Army*, os sistemas

eram enquadrados pelas funções – ou seja, os sistemas eram ferramentas disponíveis aos comandantes para que pudessem cumprir as funções que lhe garantiriam organizar e manter o poder de combate necessário à condução das operações. Aparentemente, essas considerações não foram discutidas em detalhes, quando o EB elaborou o Manual de Campanha C 100-5, de 1997.

Foi somente na versão de 2008 do Manual de Campanha 3-0 – Operações (*FM 3-0 “Operations”*, substituto do *FM 100-5*) que o Exército dos EUA resolveu reforçar a importância das funções de combate, seguindo a solução adotada pela doutrina conjunta estadunidense.

A primeira atualização da publicação Conjunta 3-0 “Operações” (*JP 3-0 “Operations – change 1*), de 17 Set 06, incorporou na doutrina conjunta o conceito de funções conjuntas que, na verdade, são uma forma de reunir as tarefas do combate em grupos afins, por funcionalidades (há, obviamente, tarefas que cabem a cada uma das Forças Armadas, com exclusividade)¹⁰. O alinhamento da doutrina de operações terrestres com a doutrina conjunta estadunidense não foi apenas uma questão de semântica, mas ensejou reflexos na maneira como a Força executa seu preparo e o emprego em operações¹¹.

Assim, as diversas tarefas executadas pelas forças do Exército dos EUA em combate (definidas pela Doutrina Conjunta) deixaram de ser classificadas como sendo de “Combate”, de “Apoio ao Combate” ou de “Apoio Logístico” – expressões que estão sendo retiradas dos manuais e não mais serão utilizadas. Essas tarefas foram agrupadas, segundo sua finalidade, em “Funções de Combate” (*Warfighting Functions*). Por essa razão, a definição de função de combate, para o *US Army*, cita os sistemas (entendido como pessoas, organizações, informações e processos) que, integrados por uma finalidade comum, são empregados pelos comandantes terrestres no preparo e no emprego de suas unidades¹².

Essas funções estão mantidas na novíssima Publicação de Referência Doutrinária do Exército 3-0 “Operações Terrestres Unificadas (*Army Doctrinal Reference Publication 3-0 “Unified Land Operations”*, ou *ADRP 3-0*), editadas no final de 2011¹³.

AS FUNÇÕES OPERACIONAIS DO EXÉRCITO FRANCÊS

O Exército Francês revisou sua doutrina recentemente, também buscando adaptar-se ao ambiente operacional de hoje e procurando obter máxima coerência com a doutrina conjunta francesa.

A publicação FT-04 “Fundamentos da Manobra Interarmas” (FT-04 “*Les fondamentaux de la manœuvre interarmes*”, em tradução livre), de 2011, descreve as oito Funções Operacionais do Exército, “cada uma correspondendo a distintos

efeitos” sobre as operações¹⁴. Elas representam a forma de organizar os meios da F Ter para produzir os efeitos necessários (coagir o adversário, controlar o ambiente e influenciar as percepções)¹⁵.

Na organização das oito Funções Operacionais, o Exército Francês classificou as atividades executadas em 24 “componentes”. A reunião de componentes¹⁶ em grupos funcionais resulta nas oito funções Operacionais, que, por sua vez, são relacionadas diretamente às “funções-chave interforças”. O Quadro abaixo apresenta essa correlação.

Interforças	Força Terrestre	
4 funções-chave	8 funções operacionais	24 componentes
Comandar	COMANDO	Comando
		Estado-Maior e Técnicas
	APOIO AO COMANDO	Sistemas de Informações e Comando
Controlar as Informações	INTELIGÊNCIA	Apoio de QG
		Inteligência
		Geografia
	CONTATO	Meteorologia
		Combate embarcado
		Combate desembarcado
Operar	APOIO [ao Combate]	Combate aeromóvel
		Engenharia
		Fogos indiretos
		Defesa solo-ar
	AÇÕES SOBRE A PERCEPÇÃO E O AMBIENTE OPERACIONAL	Guerra eletrônica
		Cooperação Civil-Militar
		Operações militares de influência
	AÇÕES SOBRE A PERCEPÇÃO E O AMBIENTE OPERACIONAL	Comunicação operativa
		Cooperação Civil-Militar
Operações militares de influência		
Sustentar	APOIO AO ENGAJAMENTO	Comunicação operativa
		Apoio ao movimento
		Apoio à mobilidade dos Blindados
	LOGÍSTICA	Defesa OBRN
		Controle de Fluxo
		Manutenção de equipamentos
		Apoio de pessoal
		Apoio aos estacionamentos

Quadro 1: As Funções Interforças, as Funções Operacionais e seus Componentes¹⁷.

TAREFAS A EXECUTAR E CAPACIDADES DISPONÍVEIS

Modernas técnicas e métodos de planejamento e de apoio ao processo decisório (tanto no meio civil quanto no militar) sugerem que a eficiência e a efetividade decorrem da correta percepção quanto às capacidades mais adequadas para que o objetivo seja alcançado. Quanto maior a precisão no levantamento dessas capacidades e de seu relacionamento às atividades e tarefas a executar, maiores serão as chances de sucesso do planejador/decisor.

Adotar o conceito de Funções de Combate corresponde, portanto, a optar por uma nova “construção mental” para facilitar o planejamento das operações. O raciocínio por trás dessa escolha está na constatação de que o emprego das capacidades adequadas a cada atividade e tarefa a executar é a essência da missão, no ambiente operacional moderno. Como já afirmamos, a missão a ser cumprida não é uma questão de quais sistemas serão empregados, mas de que capacidades devemos empregar para cumprir as tarefas necessárias para atingir o objetivo ou estado final desejado.

É assim que devemos entender as Funções de Combate: uma ferramenta para garantir a seleção das capacidades mais adequadas às tarefas e, em última instância, à missão.

As tarefas são “a chave” nesse processo.

Mas que tarefas são essas? Não pretendemos listar todas as tarefas que compõem o combate moderno, mas podemos considerar apenas alguns exemplos clássicos, familiares ao leitor:

- desdobrar meios no teatro de operações (ou área de operações);
- movimentar as tropas para uma posição de vantagem em relação ao oponente;
- conduzir operações de contramobilidade com relação às tropas do inimigo;
- empregar fogos diretos contra o inimigo;
- ocupar áreas do terreno;
- realizar reconhecimentos;
- realizar vigilância do campo de batalha;
- apoiar a busca por ameaças às nossas tropas;
- realizar o estudo de situação e planejar as operações;
- conduzir e coordenar as operações, intervindo quando as circunstâncias exigirem;
- avaliar riscos e aceitá-los, quando necessário, criando oportunidades face ao oponente;
- localizar alvos de superfície em áreas sobre controle do oponente;
- apoiar nossas tropas pelo fogo indireto (cinético);
- empregar capacidades não cinéticas para



Foto: Arquivos CCOMSEx

Proteger nossas tropas contra ataques químicos, bacteriológico, radiológicos ou nucleares é uma tarefa que requer capacidades específicas.

comprometer a efetividade das ações do oponente;

- negar a utilização do espectro eletromagnético pelo adversário;
- sustentar o esforço de combate com suprimentos de toda ordem;
- transportar suprimentos aos locais de emprego de tropas;
- sustentar o esforço com a manutenção ou a substituição de equipamentos e armamentos avariados;
- prover apoio de saúde às tropas;
- proteger nossas tropas contra ataques químicos, bacteriológicos, radiológicos ou nucleares (OBRN);

- proteger nossas tropas contra ataques por aeronaves ou mísseis de longo alcance; e
- proteger nossas informações e nossos sistemas de transmissão de dados.

O leitor perceberá que há alto grau de afinidade entre algumas dessas tarefas (movimentar tropas e empregar fogos diretos, por exemplo). Basta analisarmos com um pouco mais de detalhamento e seremos capazes de organizá-las de acordo com suas finalidades principais – criando grupos de tarefas “por funcionalidades”. O quadro a seguir resume como ficaria essa organização por funcionalidades.

Grupo de Tarefas	Tarefas do Combate
I	Desdobrar meios no teatro de operações (ou área de operações).
	Movimentar as tropas para uma posição de vantagem em relação ao oponente.
	Conduzir operações de contramobilidade com relação às tropas do inimigo.
	Empregar fogos diretos contra o inimigo.
	Ocupar áreas do terreno.
II	Realizar o estudo de situação e planejar as operações.
	Conduzir e coordenar as operações, intervindo quando as circunstâncias exigirem.
	Avaliar riscos e aceitá-los quando couber, criando oportunidades face ao oponente.
III	Realizar reconhecimentos.
	Realizar vigilância do campo de batalha.
	Apoiar a busca por ameaças às nossas tropas.
IV	Descobrir e localizar alvos de superfície em área sobre controle do oponente.
	Apoiar nossas tropas pelo fogo indireto (cinético).
	Empregar capacidades não cinéticas para comprometer a efetividade das ações do oponente.
	Negar a utilização do espectro eletromagnético pelo adversário, comprometendo seu processo decisório.
V	Proteger nossas tropas contra ataques por aeronaves ou mísseis de longo alcance.
	Proteger nossas tropas contra ataques químicos, bacteriológicos, radiológicos ou nucleares (OBRN).
	Proteger nossas Informações e nossos sistemas de transmissão de dados.
VI	Sustentar o esforço de combate com a mobilização de meios.
	Apoiar os meios empregados em combate com suprimentos de toda ordem.
	Transportar suprimentos aos locais de emprego de tropas.
	Prover apoio de saúde às tropas.
	Sustentar o esforço com a manutenção ou a substituição de equipamentos e armamentos avariados.

Quadro 2: Algumas tarefas do combate agrupadas segundo suas funcionalidades.

As tarefas foram reunidas de acordo com suas funcionalidades, nos grupos de I a VI. As Funções de Combate não seriam nada mais do que esses grupos de atividades e tarefas afins, a que nos referimos (juntamente com os sistemas que empregaremos para cumpri-las).

A definição de Função de Combate adotada pelo EB, portanto, nos fica muito clara: “Conjunto de atividades, tarefas e sistemas afins (pessoas, organizações, informações e processos), integrados para uma finalidade comum, que orienta o preparo e o emprego dos meios no cumprimento de suas missões”¹⁸.

A palavra (ou palavras) que melhor representa(m) suas principais funcionalidades deram-lhes a designação. Assim, as seis funções de combate adotadas pelo EB são: Movimento e Manobra, Comando e Controle, Inteligência, Fogos, Proteção e Sustentação. Todas as atividades executadas nas operações terrestres estarão enquadradas em uma dessas Funções¹⁹.

O Exército possui uma grande gama de sistemas que os comandantes terrestres podem empregar na execução dessas atividades e

tarefas com eficiência e eficácia. É possível – e provavelmente mais seguro – que comandantes terrestres planejem em torno desses grupos funcionais, a eles associando os sistemas (no sentido amplo) empregados na execução.

“Considerar a utilização das Funções de Combate como uma ferramenta de apoio à decisão trará benefícios à nossa Doutrina e à organização do nosso Exército”.

Como exemplo, podemos retornar à Guerra Eletrônica. Durante o estudo de situação, ao analisarmos a Função de Combate Inteligência, podemos decidir pelo emprego de meios eletrônicos de interceptação e escuta. Quando estivermos analisando a Função de Combate “Fogos” durante o planejamento, podemos decidir em empregar fogos não letais, utilizando bloqueadores capazes de afetar os sistemas de dados do inimigo. O importante é que nenhuma das capacidades existentes na Força seja desconsiderada no estudo de situação. A análise por Funções de Combate nos dá essa possibilidade em condições mais favoráveis do que aquela feita por Sistemas Operacionais do Campo de Batalha.

BENEFÍCIOS ADICIONAIS PARA A FORÇA TERRESTRE

As Funções de Combate são uma ferramenta



para os comandantes e os estados-maiores relacionarem, reunirem, descreverem e coordenarem as tarefas e atividades que executam em operações terrestres, de modo a assegurar que todos os aspectos necessários à condução das operações tenham sido considerados no planejamento e na execução.

O claro benefício é permitir melhor visualização e tratamento das soluções aos problemas militares pelos estados-maiores. As Funções de Combate permitem concentrar a organização e a escrituração da nossa doutrina em torno dessas atividades e tarefas, com vistas a facilitar as atividades de preparo e emprego. É uma questão de metodologia!


Nessa linha de raciocínio, alguns manuais passarão a tratar de fundamentos e conceitos próprios das seis Funções de Combate. Os fundamentos do movimento e da manobra passarão

a ser descritos em um manual específico dessa Função de Combate – e não mais em manuais de emprego da Infantaria ou da Cavalaria (claro que, quando a intenção for tratar das especificidades de como atua um pelotão de Cavalaria Mecanizado ou um pelotão de Infantaria Blindado, por exemplo, a F Ter continuará a fazer uso de manuais contendo táticas e técnicas específicas a essas frações). Da mesma forma, será possível discutir as publicações doutrinárias conceituais sobre o emprego das Comunicações ou da Engenharia, por exemplo. A F Ter poderá adotar manuais que abordem as atividades do Comando e Controle, de Obtenção da Superioridade de Informações, de obtenção de Consciência Situacional, e de medidas de proteção dos nossas tropas e sistemas, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerar a utilização das Funções de Combate como uma ferramenta de apoio à decisão trará benefícios à nossa Doutrina e à organização do nosso Exército. Os comandantes e seus estados-maiores terão ganhos substanciais na preparação de suas tropas e no planejamento de suas operações. O foco estará nas atividades e tarefas a serem realizadas... Os meios para o cumprimento dessas tarefas serão cogitados durante o planejamento, na medida em que se façam necessários, estejam eles a cargo de determinada Arma, Quadro, Serviço – ou não (como no caso dos meios de defesa cibernética, entre outros).

É esse o enfoque dado pelo Estado-Maior

A multiple rocket launcher is shown firing a rocket in a savanna landscape. The rocket is dark and has a bright white plume of smoke and fire trailing behind it as it ascends into the sky. The background consists of a vast, open plain with scattered trees and a clear horizon under a bright sky.

Um lançador múltiplo em exercício no Campo de Instrução de Formosa: Fogo Cinético.

do Exército, com a adoção do conceito. Trata-se de um importante passo dado no contexto da Transformação do EB. Considerando as missões a serem cumpridas no amplo espectro dos conflitos modernos, as tarefas e as atividades a executar recebem destaque como “motoras” do

planejamento. Os diversos sistemas que estão à disposição dos comandantes não deixam de existir. Passam a ser selecionados a partir de uma análise dessas tarefas, em ordem de relevância e de proporcionalidade, segundo uma adequada análise da missão que será executada.

NOTAS

1. *Amplio Espectro (Full Spectrum Operations – FSO), Ação Unificada (Unified Action), Comando de Missão (Mission Command), Operações de Informação (Information Operations) e Desenho Operacional (Operational Design) são conceitos em uso pelo Exército do Estados Unidos da América. Várias referências a esses conceitos podem ser encontrados em manuais do US Army. Consulte, por exemplo, a página de publicações do Centro de Armas Combinadas do Exército dos EUA, em www.leavenworth.army.mil/, ou diretamente na página da “Doctrine 2015, em <http://usacac.army.mil/cac2/MCCOE/Doctrine2015Tables.asp>. Acessado em 20 Dez 12.*
2. *O autor consultou vários dicionários. Uma opção é o dicionário online Houaiss/UOL, em <http://houaiss.uol.com.br/>. Acessado em 06 Dez 12.*
3. *Definição comum em muitos dicionários. O autor utilizou o dicionário online Houaiss/UOL e o Dicionário da Língua Portuguesa Larousse Cultural, da Editora Nova Cultural. Edição 1993.*
4. *Os sete “Sistemas Operacionais do Campo de Batalha” são: Comando e Controle; Inteligência; Manobra; Apoio de Fogo; Defesa Antiaérea; Mobilidade, Contramobilidade e Proteção; e Logístico. Segundo o C 100-5, “os elementos de combate, apoio ao combate e logísticos interagem, integrando sistemas operacionais, que permitem ao comandante coordenar o emprego oportuno e sincronizado de seus meios no tempo, no espaço e na finalidade”. Pag. 2-13. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 100-5 “Operações”. Brasília, 1997 - pag. 2-13 e 2-14.*
5. *Ibid. Pag. 2-13.*
6. *O amplo espectro dos conflitos deve ser entendido como toda a gama de possibilidades de emprego da F Ter, desde as ações militares realizadas em situação de paz estável, até o extremo oposto do espectro: a guerra total, entre Estados. Entre os dois extremos, estariam situações de ajuda humanitária e atendimento a calamidades; instabilidade interna; “paz instável”; insurgência; e ações de guerra irregular. A F Ter deve estar apta a realizar, portanto, operações clássicas (Ofensiva e Defensiva), Operações de Pacificação e Operações em Apoio a órgão Governamentais.*
7. *Considerando o espaço disponível para este artigo – e o propósito da apresentação de exemplos de outros países – citamos apenas os casos do Exército estadunidense e do Exército Francês. Há outros exércitos que adotaram o conceito de Funções de Combate, baseados em princípios muito semelhantes ao que norteou esses dois exércitos. A própria Organização do Tratado do Atlântico Norte e alguns dos exércitos europeus estão entre os que optaram pelas Funções de Combate. Veja, por exemplo, os comentários do General de Divisão Alfredo Ramírez Fernández, do Exército Espanhol, em seu artigo publicado na revista Ejército de Tierra Español, intitulado “Doctrina de Empleo de las Fuerzas Terrestres - Edición 2011” (pag. 22 a 29) Disponível em http://www.portalcultura.mde.es/Galerias/revistas/ficheros/R_Ejercito_854.pdf. Acessado em 21 Dez 12.*
8. *ESTADOS UNIDOS. FM 100-5 “Operations”. Headquarters, Department of The Army. June 1993. Os conceitos mencionados estão no capítulo 2, pag.2-12. Disponível na biblioteca eletrônica da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA (Combined Arms Research Library Digital Library), em <http://cgsc.contentdm.oclc.org/cdm/singleitem/collection/p4013coll9/id/49/rec/12>. Acessado em 10 Dez 12.*
9. *O FM 100-5 traz a descrição detalhada de cada uma das Funções de Combate, segundo a visão vigente à época (pag. 2-12 a 2-15).*
10. *A versão de 2006 do JP 3-0 “Operations” está disponível e pode ser consultada em alguns sítios da Internet que mantém arquivos de antigas versões de manuais doutrinários. Consulte, por exemplo, [http://www.bits.de/NRANEU/others/jp-doctrine/jp3_0\(08ch1\).pdf](http://www.bits.de/NRANEU/others/jp-doctrine/jp3_0(08ch1).pdf). Acessado em 20 Dez 12.*
11. *Segundo o TC Marcos Américo Vieira Pessoa, Oficial de Ligação (OLig) do EB junto ao Exército Sul, em San*

Antônio, Texas, “Isso fica claro e evidente ao se observar a Lista Universal de Tarefas Conjuntas (Universal Joint Task List – UJTL), documento que estabelece quais as tarefas que podem ser atribuídas às diversas forças no contexto das operações conjuntas dentro de ‘Áreas de Tarefas Operacionais’, as quais são baseadas nas funções conjuntas. Essas tarefas constituem-se em guias no que se refere às capacidades que cada força deve prover para o comando conjunto, tais capacidades, em última análise, serão o ponto de partida dos programas de treinamento e reaparelhamento das forças singulares. Destaca-se, portanto, a diferença em termos de mentalidade, a qual derivou da visão centrada nas operações terrestres para uma visão conjunta”. Estas observações do TC Américo constam de texto enviado em correspondência eletrônica do OLig do Centro de Armas Combinadas ao 3o Subchefe do Estado-Maior do Exército, em 17 Set 12.

12. Quando descreve o que qualifica como a “estrutura das operações”, o ADRP 3-0 cita que as funções de combate – juntamente com o processo operacional e o cenário operativo – “permitem que os comandantes terrestres organizem rápida e efetivamente o esforço, de modo facilmente compreendido por todos na Força”. As funções de combate, portanto, “proporcionam uma organização intelectual para as funções críticas comuns [às operações]” (tradução livre – pag. 1-8).
13. Segundo o ADRP 3-0, “O poder de combate terrestre tem seis elementos: liderança, informações, comando de missão, movimento e manobra, Inteligência, fogos, sustentação e proteção. Coletivamente, o Exército descreve os últimos seis elementos como funções de combate. Os Comandantes aplicam o poder de combate por meio das seis funções de combate, exercendo liderança e sendo apoiados por informações”(tradução livre – pag. 1-9 e 3-1). O ADRP 3-90 “Offense and Defense”, de 31 Ago 12, reforça que os comandantes devem empregar essas seis funções de combate para transmitir suas ordens aos subordinados (pag. 2-4).
14. FRANÇA. FT-04 “Les fondamentaux de la manœuvre interarmes”. Disponível em http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/doctrineFT/doc_fond/FT_04/FT_04.htm . Acessado em 31 Dez 12.
15. Segundo o FT-04, estas são as três “finalidades táticas” das operações terrestres (Pag. 10 e 11).
16. O FT-04 define componentes como “a reunião de elementos de forças que disponham de equipamentos, capacidades e atitudes específicas que lhes permitam produzir um efeito militar adequado sobre o ambiente e/ou sobre o adversário” (tradução livre – pag. 17).
17. Extrato do quadro apresentado às páginas 16 e 17 da publicação FT-04, em tradução livre. Segundo a publicação, o quadro “deve ser considerado como a contribuição principal – mas não exclusiva – de cada um dos componentes às funções operacionais”. Assim, o componente “Guerra eletrônica”, atua tanto na função “Inteligência” como na “Apoio”, apesar de constar dessa última.
18. Esta definição foi elaborada pelo Centro de Doutrina do Exército e deverá constar das novas publicações doutrinárias, em elaboração. Esta definição e a das seis Funções de Combate constarão do novo glossário de termos do Ministério da Defesa.
19. É importante reforçar ao leitor a ideia de que não foi intenção do autor relacionar todas as tarefas que compõem o combate neste artigo. Para a argumentação proposta, entendemos que bastariam alguns exemplos. A totalidade das tarefas executadas em cada Função de Combate constarão dos novos manuais de campanha que estão em elaboração no C Dou Ex.